

Brossard defende Mesa única para a Constituinte

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu ontem a escolha de uma Mesa única, com abrangência sobre a Câmara e o Senado, para presidir a Assembléia Nacional Constituinte. Embora seja contra a fixação de prazos, ele defende que a Constituinte deve durar o menor prazo possível.

A eleição de uma mesa unificada, na opinião do Ministro, não interfere no funcionamento do Congresso e a ela deve caber inclusive o controle da parte administrativa. Brossard acha que o período de votação da nova Constituição deve ser de "abstenção legislativa".

Paulo Brossard entende que há um excesso de leis no País e que, enquanto durasse a Constituinte, o Congresso não debateria projetos de lei ordinária. "Problemas emergenciais", disse o Ministro, "podem ser solucionados por mecanismos que variam do decreto-lei, passam por comissões internas ou por uma eventual sessão para aprovação de projetos do Executivo.

Segundo o Ministro, não deve ter uma data previamente fixada para a dissolução da Constituinte, e o que deve existir é um prazo de referência, que pode mudar de acordo com o desenrolar dos acontecimentos.

Sobre esse desenrolar, Brossard acha que a metade dos assuntos relacionados com a Constituinte encontrará consenso entre os parlamentares, pois o Governo obteve ampla maioria no Congresso nas últimas eleições. Ele acredita que não haverá necessidade de se firmar um pacto político entre os Constituintes em busca de consenso para algumas matérias que serão examinadas.

— Poucas vezes houve maioria tão sólida no Congresso. Se não existisse essa maioria significativa, aí sim, talvez fosse necessário firmar um entendimento. Mas, em torno da Constituinte, a metade dos assuntos é pacífica. Os demais são polêmicos, mas não devem ser estendidos em



Brossard: Constituinte sem prazo

longa discussão na Assembléia, pois esta não é criação literária — afirmou.

Os temas relacionados com a Constituinte vão prevalecer nas conversas que o Ministro manterá com os Governadores, em visitas que fará nos Estados. A primeira visita está marcada para amanhã no Paraná, com o Governador eleito Alvaro Dias.

Posteriormente, o Ministro visitará os Governadores de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. No dia 15 o Ministro aproveitará a reunião entre os Governadores e o Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, em Brasília, para fazer contatos. Depois dos encontros com os Governadores, Brossard transmitirá seus resultados ao Presidente José Sarney.

Pela proximidade da abertura da Constituinte — dia 1º de fevereiro — o Ministro não acredita que o Pacto Social possa efetivar-se antes dessa data. O Ministro disse que não gosta de marcar datas e não quis fazer nenhuma previsão sobre o Pacto, observando apenas que o assunto é polêmico como tantos outros.

Ontem, em Porto Alegre, Brossard afirmou que não passam de especulações as notícias de que suas visitas aos Governadores eleitos têm o objetivo de costurar um entendimento para a fixação do mandato do Presidente Sarney em seis anos. Ele assegurou que são visitas de cortesia, que fará a pedido do Presidente, e definiu-as como uma missão natural dentro do bom entendimento entre o Governo federal e os novos Governadores, já que todos fazem parte da Aliança Democrática.

Segundo o Ministro, seus encontros terão interesses recíprocos, mas não quis comentar que assuntos poderá tratar com os Governadores, argumentando que seria "descortesia e falta de educação" fazer qualquer comentário antes de conversar com eles. Mas informou, entretanto, que ouvirá os pedidos dos Governadores eleitos e, na medida do possível, encaminhá-los ao Governo federal.

Assegurando que não falará sobre reforma tributária, Brossard só antecipou os assuntos de seu Ministério que pretende debater com os Governadores. Disse que vai agilizar os serviços do seu Ministério junto aos Estados, o que incluirá o fornecimento de novos veículos às polícias. Cada Estado receberá tantos carros quantos forem seus municípios. Também discutirá o problema das penitenciárias, que será o principal ponto de sua gestão este ano. Brossard disse que o objetivo é melhorar o sistema, já que, na sua opinião, não há possibilidade, a curto prazo, de o problema ser totalmente resolvido. O Ministério pretende auxiliar na construção de vários presídios.

Bancada gaúcha deseja tratar só da nova Carta

PORTO ALEGRE — Os Deputados Constituintes eleitos pelo PMDB no Rio Grande do Sul decidiram ontem, na primeira reunião da bancada, lutar por uma Assembléia Constituinte exclusiva e unicameral, desativando o Congresso, a Câmara e o Senado. Esta e outras cinco propostas constam de uma nota em que os Deputados alegam preocupação com iniciativas que podem constringer ou limitar a soberania da Constituinte. A bancada volta a discutir o assunto na reunião de amanhã.

Na nota divulgada após o encontro, à noite, a bancada gaúcha alerta para a necessidade da Assembléia assumir a plenitude de seu poder Constituinte, "que não pode ser confundido com mera competência de escrever um texto de Constituição". E propõe que os Deputados prestem compromisso desvinculado da submissão à Constituição vigente e auto-regulem o funcionamento da Constituinte.

Propõem, ainda, que a Assembléia confirme a vigência da Constituição de 1967, com ressalvas, enquanto a nova carta é elaborada. Querem também que o funcionamento da Constituinte seja exclusivo e único, desativando o Congresso, a Câmara e o Senado, assumindo a Assembléia as funções legislativas de urgência. Reivindicam a exigência de prévia aprovação da Assembléia para a decretação das medidas de emergência no local onde estiver funcionando a Constituinte e que não confirme os dispositivos da Constituição que tratam do decreto-lei.

Os Deputados gaúchos insistem ainda que os Senadores eleitos em 1982 possam participar das discussões, mas sem voto na elaboração da futura carta, apenas mantendo suas atribuições na legislação ordinária e demais competências.